

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Casa Civil da Presidência da República



**PLANO
CLIMA**
2024-2035



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Vice-Presidente

GERALDO ALCKMIN

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

Ministra de Estado

MARINA SILVA

SECRETARIA-EXECUTIVA

Secretário-Executivo

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

SECRETARIA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA

Secretário

ALOISIO LOPES PEREIRA DE MELO

DEPARTAMENTO DE GOVERNANÇA CLIMÁTICA E ARTICULAÇÃO

Diretora

MARCELA ABOIM

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO E INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Diretora

LIDIANE MELO

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PARA ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA À MUDANÇA DO CLIMA

Diretora

INAMARA SANTOS MÉLO

DEPARTAMENTO DE OCEANO E GESTÃO COSTEIRA

Diretora

ANA PAULA PRATES

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Ministra de Estado

LUCIANA SANTOS

SECRETARIA-EXECUTIVA

Secretário-Executivo

LUIS MANUEL REBELO FERNANDES

SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Secretária

ANDREA BRITO LATGÉ

DEPARTAMENTO PARA O CLIMA E SUSTENTABILIDADE

Diretor

OSVALDO LUIZ LEAL DE MORAES

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Ministro de Estado

RUI COSTA

SECRETARIA-EXECUTIVA

Secretária-Executiva

MIRIAM APARECIDA BELCHIOR

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E MONITORAMENTO

Secretária

JULIA ALVES MARINHO RODRIGUES

SECRETARIA ADJUNTA III

Secretário Adjunto

ADRIANO SANTHIAGO DE OLIVEIRA

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Casa Civil da Presidência da República

Plano Clima 2024 – 2035

BRASÍLIA/DF
MMA, MCTI, CC/PR
2026



Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte do Ministério do MMA, ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/mudanca-do-clima/cartilha-plano-clima.pdf>

MMA

Coordenação Técnica

Adriana Risuenho, Ana Paula Machado, Érico Rocha, Karine Lopes, Lincoln Alves, Leandro Cardoso, Marcos Sorrentino, Moema Corrêa, Thaynara Espíndola Pereira.

Equipe Técnica

Adriana Brito, Álife Campos, Ana Livia Kasseboehmer, Bruno Jachelli, Christiana Chianca, Daniel Melo, Daniela Dantas, Eduardo Santos, Gustavo Cretton, Isabela Mirna, Klenize Fávero, João Filipe Schafaschek, Julia Santos Ramalho, Lamarck da Cunha, Leonel Baima, Maíra Dantas, Maria Carolina Chalegre, Pedro Alexandre Christ, Rejane Marques, Renata Crispim, Roberta Cantinho, Rodrigo de Oliveira, Stefanny Farias Faustina, Salomar Mafaldo, Vana Tércia de Freitas, Vívian Vilela.

MCTI

Coordenação Técnica

Marcio Rojas da Cruz

Equipe Técnica

Ricardo Vieira Araujo, Sávio Túlio Oselieri Raeder

CASA CIVIL

Coordenação Técnica

Rafael Dias

Equipe Técnica

Diogo Santos, Ellen Lemos, Livia Marques Borges

Apoio técnico

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Fabrício Bonecini de Almeida, Hugo Mariz

Deutsche Gesellschaft für Internationale

Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Ana Carolina Câmara, Armin Deitenbach, Camila Pianca, Fernanda Leite, Francisco Veiga Lima, Lola Coelho, Luciana Alves, Pablo Borges, Rachel Benedet Martins, Tiago Zenaro

Produção de conteúdo

Flávio Ilha, Lola Coelho

Projeto Ciência&Clima (GEF/PNUD/MCTI)

Mariana Gutierrez Arteiro da Paz, Natalia Torres D’Alessandro, Renata Patrícia Soares Grisoli

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/CCAC/GMH/ICAT)

Marina Bortoletti, Raphael Esteves, Rebeca Tricarico Orosco, Rosangela Karine da Silva, Vitor Leal Pinheiro

Revisão de Texto

Laura Nicoli Pereira e Silva

Projeto Gráfico, Diagramação e Ilustrações

Temple Comunicação, João Bosco

Este material foi elaborado com o apoio do Programa de Políticas sobre Mudanças do Clima — PoMuC, uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima — MMA, o Ministério da Fazenda — MF e o Ministério Federal da Economia e Ação Climática — BMWK da Alemanha, como parte da Iniciativa Internacional para o Clima — IKI. É implementado pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit — GIZ GmbH no contexto da Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP	
B823p	Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Plano Clima 2024 - 2035 [recurso eletrônico]. – Brasília, DF : MMA : MCTI : CC/PR, 2026. 37 p. : il. color.
Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-7738-595-9 (online)	
1. Mudança climática. 2. Política pública. 3. Governança climática. 4. Emissões de gases.	
CDU 504.7	
Ibama Biblioteca Nacional do Meio Ambiente Thais da Silva Rodrigues – CRB1/3688	

Composição do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), conforme Decreto nº 11.550, de 5 de junho de 2023

Presidência do CIM

Casa Civil da Presidência da República (CC/PR)

Secretaria-Executiva do CIM

Secretaria Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (SMC/MMA)

Membros do CIM

Advocacia-Geral da União (AGU)
Casa Civil da Presidência da República (CC/PR)
Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)
Ministério das Cidades (MCID)
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)
Ministério da Educação (MEC)
Ministério da Fazenda (MF)
Ministério da Igualdade Racial (MIR)
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR)
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)
Ministério de Minas e Energia (MME)

Ministério das Mulheres (MMulheres)
Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)
Ministério dos Povos Indígenas (MPI)
Ministério das Relações Exteriores (MRE)
Ministério da Saúde (MS)
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Ministério dos Transportes (MT)
Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR)
Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR)

Membros permanentes do CIM, sem direito a voto
Câmara de Participação Social (CPS), incluindo o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC)
Câmara de Articulação Interfederativa (CAI)
Câmara de Assessoramento Científico (CAC), incluindo a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede Clima)

Ministérios convidados para a elaboração do Plano Clima

Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)
Ministério do Turismo (MTur)

Instâncias do CIM que contribuíram com a elaboração do Plano Clima

Pleno de Ministros do CIM, presidido pela CC/PR.
Subcomitê-Executivo do CIM (SUBEX), coordenado pelo MMA.
Grupo Técnico de Adaptação, instituído pela Resolução CIM nº 3, de 14 de setembro de 2023, coordenado pelo MMA e MCTI.
Grupo Técnico de Capacitação, instituído pela Resolução SUBEX/CIM nº 4, de 20 de março de 2025, coordenado pelo MMA e MEC.
Grupo Técnico de Meios de Implementação, instituído pela Resolução SUBEX/CIM nº 4, de 2025, coordenado pelo MMA e MF.
Grupo Técnico de Mitigação, instituído pela Resolução CIM nº 3, de 2023, coordenado pelo MMA, MCTI e CC/PR.
Grupo Técnico de Monitoramento e Transparência, instituído pela Resolução SUBEX/CIM nº 4, de 2025, coordenado pelo MMA e MCTI.
Grupo Técnico de Transição Justa, instituído pela Resolução SUBEX/CIM nº 4, de 2025, coordenado pelo MMA e MRE.

Representantes de outros órgãos do governo federal, de governos subnacionais, da sociedade civil, da comunidade científica, do setor privado e de organismos internacionais, entre outros, também contribuíram com a elaboração dos documentos do Plano Clima 2024-2035, composto pelas Estratégias Nacionais de Adaptação, de Mitigação, seus respectivos Planos Setoriais e Temáticos, e as Estratégias Transversais para Ação Climática.



A emergência climática é real e o momento de agir é agora. Enfrentar os impactos da mudança do clima não é mais uma escolha, é uma urgência.

O governo federal apresenta o **Plano Clima**, a estratégia do Brasil para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e proteger as pessoas e o meio ambiente dos efeitos da mudança do clima.

Esta cartilha foi criada para explicar, de forma simples e direta, como estamos caminhando rumo a um futuro mais sustentável e resiliente.

Boa leitura!



SUMÁRIO

pág. **08**

A Política Climática
com a cara do Brasil:
Plano Clima”

pág. **12**

Impactos de
eventos climáticos
externos no Brasil

pág. **16**

Tendências
sobre a mudança
do clima no
Brasil

pág. **10**

O Plano Clima





pág. **20**

Plano Clima
Adaptação



pág. **26**

Plano Clima
Mitigação



pág. **32**

Estratégias
Transversais
para Ação
Climática



pág. **36**

Governança
Climática
Multissetorial
e Multinível



A POLÍTICA CLIMÁTICA COM A CARA DO BRASIL: **PLANO CLIMA**

Enfrentar a mudança do clima é um dos maiores e mais urgentes desafios do nosso tempo. Para isso, **precisamos agir juntos**, com soluções fortes, bem pensadas e **baseadas em ciência**, envolvendo todos os níveis de governo e diferentes setores da sociedade.

O Brasil já começou a trilhar esse caminho com o **Plano Clima**, uma estratégia nacional para reduzir emissões, proteger nossos ecossistemas e construir um futuro mais justo e sustentável para todos.

Temos um papel decisivo na transição global para uma economia de baixo carbono. Somos uma das maiores economias do planeta, o país **mais rico em biodiversidade** e guardiões da **maior floresta tropical do mundo**. Temos uma das mais extensas zona costeira e marinha, com uma grande diversidade de ecossistemas, como **manguezais, recifes de coral, restingas e dunas**. Os ecossistemas, quando protegidos, desempenham papel estratégico na mitigação da mudança do clima, armazenando carbono e sustentando atividades econômicas e comunidades locais.

O Brasil é particularmente vulnerável à mudança do clima. Nossa economia depende fortemente dos recursos naturais, enquanto grande parte da população vive em áreas de risco e regiões costeiras, expostos tanto a desastres abruptos quanto a transformações climáticas graduais.

A nova meta climática do Brasil no Acordo de Paris, a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), estabelece o compromisso de **reduzir entre 59% e 67% as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2035**, em comparação com o que o país emitia em 2005. Isso representa **reduzir entre 1,5 e 1,7 bilhão de toneladas** de gases que causam o aquecimento global.

Para colocar esse compromisso em prática, o governo federal desenvolveu o Plano Clima, instrumento de implementação da **Política Nacional sobre Mudança do Clima**, que orienta as ações e os meios de implementação para o cumprimento da NDC brasileira no plano internacional até 2035.

O **Plano Clima** está estruturado em **três eixos principais**:

1 **Adaptação:** preparar cidades, populações, setores produtivos e ecossistemas para prevenir e reduzir os impactos climáticos negativos, aumentando a resiliência da sociedade à mudança do clima, por meio de 16 Planos Setoriais e Temáticos.

2 **Mitigação:** reduzir as emissões de gases de efeito estufa em oito setores produtivos, com planos específicos para cada um deles.

3 **Estratégias Transversais para Ação Climática:** garantir recursos, fortalecer a governança, o monitoramento e a transparência, promover educação e capacitação, e assegurar uma transição justa.

Todas as estratégias foram construídas sob a **perspectiva da justiça climática**, com o objetivo de **reduzir desigualdades sociais, de gênero e raciais**, promovendo inclusão, equidade e desenvolvimento sustentável em todo o país.

Dessa forma, mais do que uma política ambiental, o Plano Clima é uma estratégia para o **desenvolvimento econômico e social** do Brasil. Integrado a outras políticas relevantes para a mudança do clima, lança um chamado para a **economia do futuro**. Essa é a resposta de que o país pode **liderar a transformação**

climática global, protegendo vidas, respeitando os limites do planeta e abrindo caminho para um futuro mais seguro, justo e equilibrado para as próximas gerações.



O PLANO CLIMA

VISÃO



O Plano Clima coloca o Brasil na trajetória de se tornar um país sustentável, resiliente, seguro, justo e próspero, com os governos, a sociedade civil, o setor privado e a comunidade científica conscientes, engajados e atuando de forma integrada diante da mudança do clima.

OBJETIVO



O objetivo geral do Plano Clima é orientar, promover, implementar e monitorar ações coordenadas que visem à transição para uma economia com **emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050** e à adaptação de sistemas humanos e naturais à mudança do clima, por meio de estratégias de curto, médio e longo prazo, à luz do desenvolvimento sustentável e da justiça climática.

*Isso não quer dizer que o país vai parar totalmente de emitir, mas sim que **tudo o que ainda for emitido precisará ser compensado**, por exemplo, removendo da atmosfera a mesma quantidade de gases por meio de florestas, tecnologias limpas ou outras soluções sustentáveis.*

O horizonte temporal do Plano Clima está alinhado aos ciclos do PPA (2024-2027, 2028-2031 e 2032-2035) e das NDCs (2025, 2030 e 2035), e está baseado nos princípios da **Constituição Federal** e da **Política Nacional sobre Mudança do Clima**. Também está alinhado aos principais acordos internacionais ratificados pelo Brasil, como o **Acordo de Paris** e a **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, entre outros compromissos globais.

Estratégia Nacional de Mitigação

Planos Setoriais de Mitigação

- 1 Mudanças do Uso da Terra em Áreas Públicas e Territórios Coletivos
- 2 Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais Privadas
- 3 Agricultura e Pecuária
- 4 Energia
- 5 Transportes
- 6 Cidades
- 7 Indústria
- 8 Resíduos e Efluentes Domésticos



Estratégia Nacional de Adaptação

Planos Setoriais e Temáticos de Adaptação

- 1 Agricultura e Pecuária
- 2 Agricultura Familiar
- 3 Biodiversidade
- 4 Cidades
- 5 Energia
- 6 Igualdade Racial e Combate ao Racismo
- 7 Indústria e Mineração
- 8 Oceano e Zona Costeira
- 9 Povos e Comunidades Tradicionais
- 10 Povos Indígenas
- 11 Recursos Hídricos
- 12 Redução e Gestão de Riscos e de Desastres
- 13 Saúde
- 14 Segurança Alimentar e Nutricional
- 15 Transportes
- 16 Turismo



Estratégias Transversais para Ação Climática

Transição Justa e Justiça Climática

Mulheres e Clima

Meios de Implementação

Educação, Capacitação, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

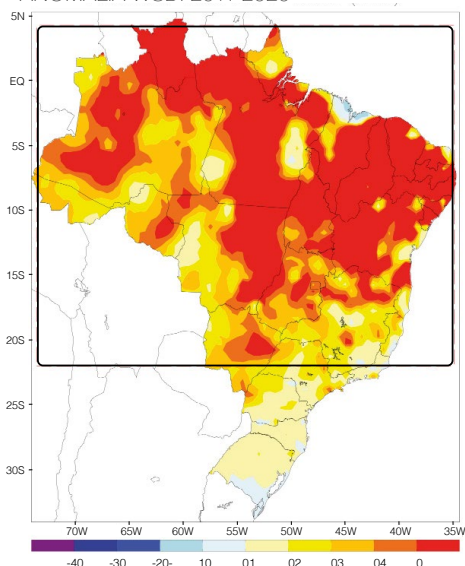
Monitoramento, Gestão, Avaliação e Transparência

IMPACTOS DE EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS NO BRASIL

O Plano Clima se baseia em **dados científicos** para guiar as políticas do país contra a mudança do clima. Para sua elaboração foram analisados estudos, pesquisas e literatura científica, além da realização de várias reuniões com instituições de pesquisa e especialistas.

Assim, foi possível entender **como a mudança do clima está afetando o Brasil**, prever diferentes cenários e identificar tendências de eventos extremos, além de definir medidas para aumentar a capacidade do país de se adaptar e proteger a vida das pessoas.

ANOMALIA WSDI 2011-2020

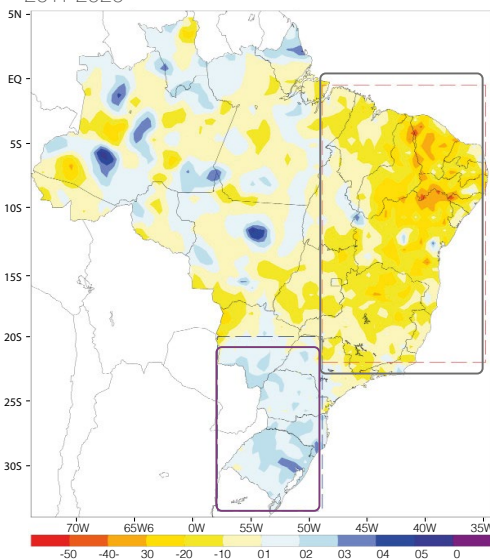


FONTE: INPE, 2023.

ONDAS DE CALOR

Aumento expressivo em praticamente todo o Brasil, passando de 7 dias, no período histórico, para 52 dias, entre 2011 e 2020. Ou seja, quase 8 vezes maior.

ANOMALIA PERCENTUAL DE PRECIPITAÇÃO 2011-2020



FONTE: INPE, 2023.

PRECIPITAÇÃO ANUAL

Redução no Nordeste e parte do Centro-Oeste e Sudeste. Aumento no Sul e em pontos do Norte.

COMO A MUDANÇA DO CLIMA AFETA A SAÚDE NO BRASIL

Calor Extremo



Ondas de calor prolongadas causam estresse térmico, afetando crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas, além de aumentarem as internações e mortes por problemas cardíacos e respiratórios.

Doenças infecciosas e transmitidas por vetores



Inundações e água contaminada elevam os casos de leptospirose e diarreia infantil. Calor, secas e chuvas fortes aumentam os casos de dengue, febre amarela, malária e leishmaniose e favorece o surgimento de novas doenças.

Poluição do ar



Incêndios e altas temperaturas pioram a qualidade do ar, aumentando casos de doenças respiratórias.

Alimentação e nutrição



A mudança do clima pode prejudicar a produção de alimentos, aumentar os preços e dificultar o acesso a alimentos saudáveis, levando ao aumento da insegurança alimentar, do consumo de ultraprocessados e do risco de doenças crônicas.

Quem é mais afetado



Crianças, idosos, pessoas com doenças crônicas e comunidades racializadas e de baixa renda sofrem mais com calor, doenças e falta de alimentos.

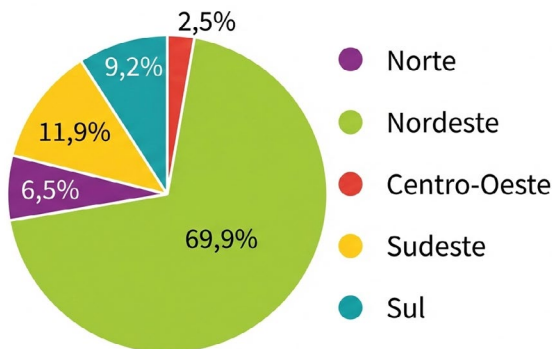
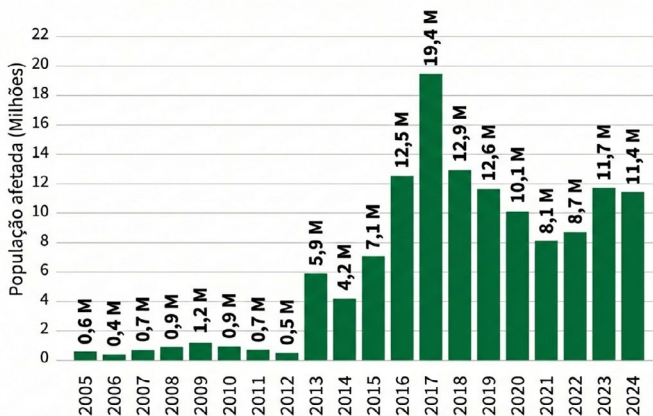
Nos últimos anos, observa-se um aumento no número de pessoas afetadas por eventos climáticos extremos, como secas, ondas de calor, incêndios florestais, inundações e deslizamentos de terra. Os dados refletem ainda avanços significativos na capacidade de monitoramento e notificação ao longo do tempo.



PESSOAS AFETADAS

Entre 2015 e 2024, 84,5% dos municípios brasileiros foram afetados por eventos que causaram prejuízos e danos materiais, resultando em mais de 324 milhões de registros de pessoas impactadas, considerando que muitas delas foram afetadas mais de uma vez ao longo do período.

Pessoas afetadas por região, considerando desastres climatológicos, hidrológicos e meteorológicos.



Fonte: Atlas Digital de Desastres no Brasil (Brasil, 2025).

Impactos relacionados ao clima no Brasil na última década (2015-2024).



Fonte: Atlas Digital de Desastres no Brasil (Brasil, 2025).

E se atingirmos pontos de **não retorno climático**?

Se o planeta ultrapassar certos limites do clima, chegaremos a um **ponto sem volta**. Isso significa que alguns **impactos serão irreversíveis**. Para o Brasil, por exemplo, se a **temperatura média global subir mais de 1,5 °C** em relação ao período pré-industrial, junto com o desmatamento e os incêndios, a **Amazônia pode entrar em colapso**.

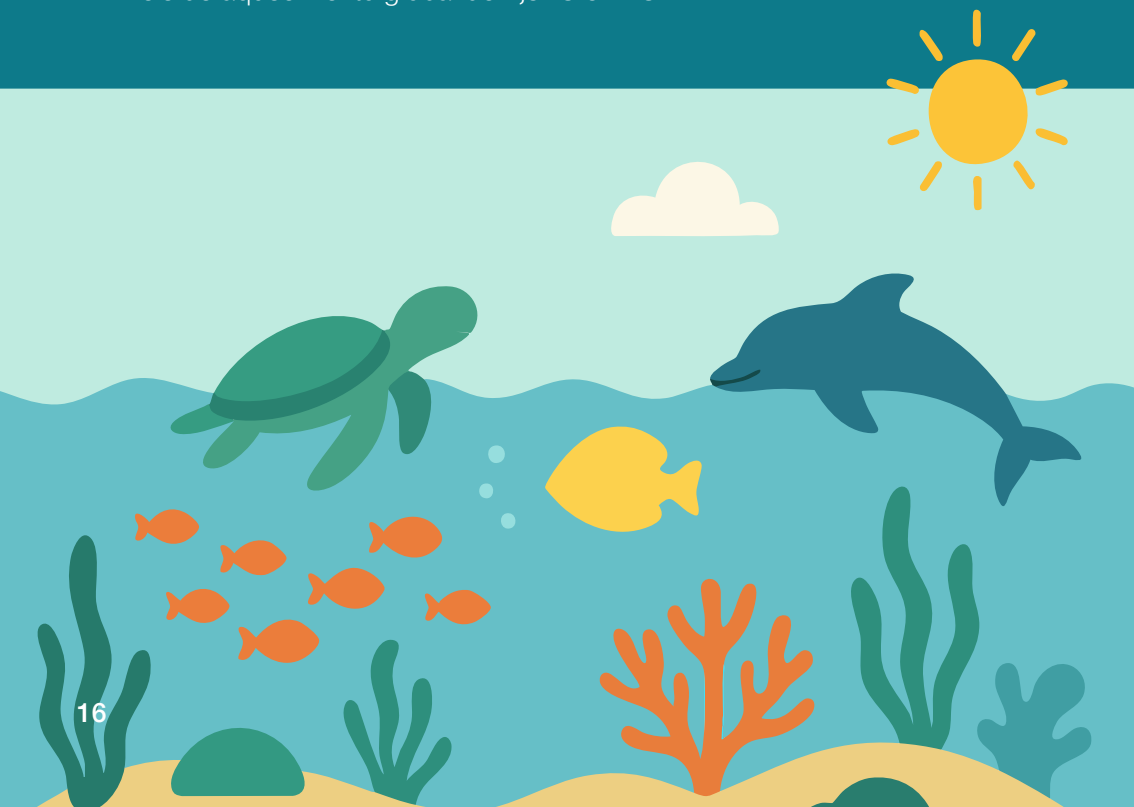
Outro risco é a **extinção dos recifes de coral**, que são fundamentais para a vida marinha e para milhões de pessoas. Além disso, mudanças como o derretimento das geleiras e a alteração das correntes oceânicas podem gerar um efeito dominó, levando ao colapso de ecossistemas, à perda de biodiversidade e ao aumento extremo da temperatura no planeta, com graves consequências para toda a humanidade.



TENDÊNCIAS SOBRE A MUDANÇA DO CLIMA NO BRASIL

A adaptação à mudança do clima deve considerar os riscos e as vulnerabilidades no presente e em cenários futuros. A elaboração do Plano Clima utilizou a análise de dados provenientes do melhor conhecimento científico disponível.

O **quadro a seguir** apresenta uma síntese fundamentada nas conclusões das principais fontes de dados e referências, abrangendo tanto o período observado quanto as projeções futuras para o Brasil. Foram considerados cenários futuros com níveis de aquecimento global de **1,5 °C e 2 °C**.



As mudanças com a maior chance de ocorrer no futuro são:

Mudanças observadas e futuras por região para tipos de ameaças climáticas

Categoria	Tendências (mensagens-chave)	Regiões
Temperatura e Onda de Calor 	Aumento observado da temperatura (média, máxima e mínima) e ondas de calor devem continuar no futuro.	Todas as regiões
Chuva 	Aumento observado da chuva anual deve continuar no futuro.	Sul
	É possível uma redução na chuva, no entanto, algumas sub-regiões podem experimentar aumento.	Norte, Nordeste e Centro-Oeste
	Há incerteza quanto à tendência da chuva anual na região.	Sudeste
Chuva Extrema 	Aumento observado da magnitude de chuva extrema deve continuar no futuro.	Norte, Sudeste e Sul
	É possível aumento da magnitude de chuva extrema.	Centro-Oeste
	Há incerteza quanto à tendência da magnitude da chuva extrema e da chuva extrema persistente.	Nordeste
	Aumento observado na chuva extrema persistente deve continuar no futuro.	Sudeste e Sul
	É possível aumento na chuva extrema persistente, no entanto, algumas sub-regiões podem experimentar redução.	Norte e Centro-Oeste
Seca 	Aumento observado na frequência e duração de secas deve continuar no futuro.	Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste
	É possível aumento da frequência e duração de secas.	Norte
	É possível diminuição na frequência de secas.	Sul
	Há incerteza quanto à tendência da duração de secas.	Sul
Vento 	Aumento observado do vento severo deve continuar no futuro.	Nordeste, Sudeste e Sul
	É possível aumento do vento severo.	Centro-Oeste
Oceano 	Aumento observado no nível médio do mar, na temperatura da superfície do mar e na acidificação do oceano. Essas tendências devem continuar no futuro em toda zona costeira e marinha.	Zona Costeira e Marinha
Legenda: nível de confiança da tendência		
Alta Média Baixa		

O CUSTO DA INAÇÃO

Até 2050, a inação pode fazer o Brasil perder R\$ 17,1 trilhões no PIB e cerca de 4,4 milhões de empregos. Quanto maior o aquecimento global maiores serão os prejuízos. Em resumo, **não agir sai muito mais caro do que agir**. O Plano Clima mostra como sociedade, governos e empresas podem agir para evitar perdas e garantir um futuro mais seguro e sustentável.

JUSTIÇA CLIMÁTICA

O CUIDADO COM QUEM MAIS PRECISA

A **justiça climática** reconhece que a crise do clima também é uma crise de direitos humanos. Nem todos sofrem da mesma forma: países, comunidades e pessoas mais vulneráveis sentem os impactos com mais força e têm menos condições de se adaptar e de reagir a desastres. O Plano Clima coloca essas pessoas no centro das ações, cuidando de seus direitos e reduzindo desigualdades históricas, relacionadas a gênero, raça, grupo étnico, idade, classe social, entre outros marcadores e garantindo espaços de participação para que suas vozes sejam ouvidas nos processos decisórios.

RACISMO AMBIENTAL

A população negra, os povos indígenas e as comunidades tradicionais são os que mais sofrem com **inundações, secas e outros eventos climáticos extremos**. Combater o racismo ambiental significa criar políticas que **alcancem essas populações**, incluindo **saberes tradicionais** e promovendo **participação social, inclusão e direitos humanos**.

TRANSIÇÃO JUSTA E INCLUSIVA

É sobre fazer a mudança para um futuro sustentável sem excluir ninguém, implementando **ações contra a crise do clima que também reduzam as desigualdades**. Essa transição deve valorizar os conhecimentos e culturas locais, favorecer benefícios sociais e econômicos nas comunidades, defender o acesso universal a direitos básicos, como água, energia, alimentação e saneamento, e assegurar que os custos e ganhos da transição sejam **distribuídos de forma justa**.

MULHERES E CLIMA

Meninas e mulheres são mais vulneráveis à mudança do clima por causa de **desigualdades estruturais** e menor participação em processos decisórios. A inserção da perspectiva de gênero nas políticas climáticas torna as ações **mais inclusivas, justas e eficazes**, ajudando a alcançar a **justiça climática**.



PLANO CLIMA ADAPTAÇÃO

O Plano Clima Adaptação busca preparar povos, comunidades, cidades, ecossistemas e setores para enfrentar os riscos climáticos. A estratégia oferece uma resposta estruturada, reunindo **ações de curto, médio e longo prazo** para reduzir riscos, fortalecer a capacidade de reação e garantir direitos, sempre com foco no desenvolvimento sustentável e na justiça climática.

O plano constituído pela **Estratégia Nacional de Adaptação** e por **16 Planos Setoriais e Temáticos**, que aprofundam estratégias específicas para as diversas dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais do país. Cada plano é como um fio que, entrelaçado aos demais, fortalece a teia de resiliência necessária para enfrentar o futuro climático.

A primeira etapa da adaptação foi avaliar os riscos climáticos. Como esses riscos têm várias causas, o Plano Clima usa uma metodologia que integra informações sobre o clima, a sociedade e a natureza, seguindo as orientações do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).



OBJETIVOS NACIONAIS DE ADAPTAÇÃO:

1



Aumentar a resiliência das populações, cidades, territórios e infraestruturas frente à emergência climática.

2



Promover a produção sustentável e resiliente e o acesso regular a alimentos saudáveis, em qualidade e quantidade adequadas.

3



Promover a segurança hídrica, disponibilizando água em qualidade e quantidade suficientes para os usos múltiplos, como abastecimento, produção, energia e ecossistemas.

4



Proteger, conservar, restaurar e fortalecer ecossistemas e a biodiversidade e assegurar o provimento dos serviços ecossistêmicos.

5



Promover, proteger e recuperar a saúde e o bem-estar das populações, respeitando os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais.

6



Garantir a segurança energética, de forma sustentável e acessível.

7



Promover o desenvolvimento socioeconômico e a redução das desigualdades.

8



Proteger o patrimônio cultural e preservar práticas culturais e locais de patrimônio frente aos riscos relacionados à mudança do clima.

9



Fortalecer o papel vital do oceano e da zona costeira no enfrentamento à mudança do clima.

OS 16 PLANOS SETORIAIS E TEMÁTICOS:

PRIORIDADES E EXEMPLOS PARA CADA SETOR OU ÁREA TEMÁTICA

Agricultura e Pecuária: tornar a produção agropecuária mais resiliente e sustentável, por meio de políticas públicas, adaptação dos sistemas produtivos e uso sustentável dos recursos genéticos.

Agricultura Familiar: fortalecer a agricultura familiar por meio do acesso à terra, crédito e infraestrutura, promovendo sistemas agroecológicos, proteção da agrobiodiversidade e uso de inovações e tecnologias para aumentar a resiliência climática.

EXEMPLO

Facilitar o acesso dos agricultores familiares a crédito do Pronaf para investir em soluções como irrigação com energia solar, captação de água, práticas agroecológicas e tecnologias sustentáveis que tornem a produção mais resiliente.

Biodiversidade: proteger a biodiversidade por meio de ações urgentes de conservação, fortalecimento dos ecossistemas e aumento da conectividade das paisagens para favorecer a adaptação climática.

Cidades: tornar as cidades mais resilientes à mudança do clima por meio de pesquisa, planejamento, governança e adaptação de infraestruturas e serviços com soluções sustentáveis e foco em justiça climática.

EXEMPLO

Garantir infraestrutura melhor nas favelas e comunidades urbanas para enfrentar os efeitos da mudança do clima, com a participação ativa dos moradores.

Energia: garantir energia segura e acessível frente às ameaças climáticas, promovendo biocombustíveis de baixa intensidade de carbono e infraestrutura resiliente.

Igualdade Racial e Combate ao Racismo: promover justiça climática e reduzir desigualdades por meio de dados ambientais racializados, combate ao racismo ambiental e fortalecimento dos direitos de comunidades negras e tradicionais, aumentando sua resiliência aos impactos climáticos.

Indústria e Mineração: ampliar a resiliência da indústria brasileira por meio de ações preventivas, adaptação de infraestruturas e processos produtivos de baixo carbono, garantindo o fornecimento seguro de insumos e aumentando a segurança no trabalho.

Oceano e Zona Costeira: proteger ecossistemas costeiros e marinhos, garantir os modos de vida das comunidades tradicionais, aumentar a resiliência frente a eventos extremos e fortalecer a gestão ambiental e territorial com foco climático.

EXEMPLO

Elaborar o Planejamento Espacial Marinho (PEM) para todo o território do Brasil até 2030.

Povos e Comunidades

Tradicionais: assegurar a permanência, saúde, autonomia econômica e segurança hídrica e alimentar dos Povos e Comunidades Tradicionais, com atenção à diversidade de gênero, frente aos impactos climáticos.

Povos Indígenas: ampliar o bem-viver indígena, proteger territórios e culturas, garantir segurança hídrica, alimentar e nutricional, e aumentar a resiliência de infraestrutura e serviços essenciais.

Recursos Hídricos: ampliar a gestão hídrica frente à mudança do clima, promovendo justiça climática e igualdade de gênero, com monitoramento aprimorado e segurança hídrica por meio da revitalização de bacias e acesso à água de qualidade.

EXEMPLO

Apoiar o uso de tecnologias simples e acessíveis para conservar água em microbacias, como as Barragens de Base Zero, oferecendo financiamento, apoio técnico, parcerias locais e capacitação para as comunidades.



Redução e Gestão de Riscos e de Desastres:

reduzir riscos, danos e prejuízos de desastres climáticos por meio de ações preventivas, de resposta e recuperação, fortalecendo a governança e a capacidade institucional e social para atuação integrada.

Saúde: fortalecer o SUS frente à mudança do clima, aprimorando vigilância e atenção à saúde, promovendo educação e conscientização, e incorporando ciência, tecnologia e inovação para aumentar a resiliência.

EXEMPLO

Garantir que o SUS esteja preparado para enfrentar eventos climáticos extremos até 2031 em todos os territórios mais vulneráveis à mudança do clima.

Segurança Alimentar e Nutricional:

ampliar a proteção social e a resiliência das famílias mais vulneráveis, garantir o acesso a alimentos saudáveis e água em áreas expostas a eventos climáticos extremos, e apoiar sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis com base em conhecimento técnico e científico.

EXEMPLO

Ampliar o alcance do Programa Fomento Rural, seguindo os planos dos estados para se adaptar à mudança do clima.

Transportes: impulsionar a resiliência climática dos transportes aéreo, aquaviário, rodoviário e ferroviário, por meio de modernização tecnológica, gestão de riscos, adaptação da infraestrutura e integração modal, garantindo segurança, eficiência e sustentabilidade.

Turismo: promover um turismo sustentável e resiliente à mudança do clima, que fortaleça ecossistemas locais, proteja culturas e modos de vida tradicionais e gere benefícios para comunidades e visitantes.



AdaptaCidades: adaptação à mudança do clima para o seu município.

Diante do aumento de desastres climáticos, essa iniciativa criada em 2024 **fortalece estados e municípios** para se prepararem e reagirem aos impactos da mudança do clima. **O programa oferece capacitação, mentoria, informações técnicas e apoio para elaborar planos de adaptação e buscar financiamento.** Também reforça a cooperação entre os níveis de governo (Federalismo Climático) e está alinhado ao Acordo de Paris e à nova lei para elaboração de planos de adaptação (Lei Nº 14.904 de 27 de junho de 2024), ajudando o Brasil a construir um futuro mais seguro, justo e resiliente.



**ADAPTA
CIDADES**



**Acompanhe as
ações do
programa**

O QUE SÃO SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA (SbN)?

A natureza pode nos dar a solução. As SbN são ações que utilizam os processos naturais para resolver problemas urbanos e rurais, como inundações, falta de água e poluição. Exemplos incluem **jardins de chuva, parques urbanos, restauração de manguezais e captação de águas pluviais.** Essas soluções trazem benefícios ambientais, sociais e econômicos, além de **fortalecer a resiliência das cidades e comunidades.**



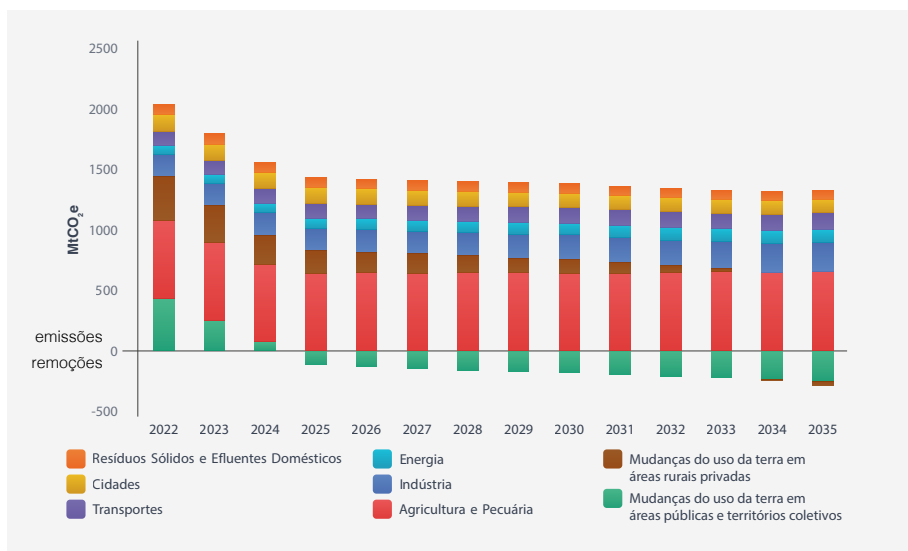
PLANO CLIMA MITIGAÇÃO

O Plano Clima Mitigação é o plano do Brasil para acelerar a transição para uma **economia de baixo carbono**, ou seja, com menos gases que esquentam o planeta. Composto pela **Estratégia Nacional de Mitigação e 8 Planos Setoriais**, ele orienta e acompanha políticas para **innovar, gerar empregos, fortalecer a economia e proteger a natureza**, garantindo que ninguém fique para trás. Dentro desse esforço, o país assumiu a meta de **reduzir entre 59% e 67% das emissões líquidas**

de gases de efeito estufa até 2035, em comparação com 2005.

Isso equivale a diminuir as emissões e aumentar as remoções de gases de efeito estufa para alcançar um resultado líquido de 850 milhões e 1,05 bilhão de toneladas de gás carbônico equivalente no ano de 2035. Um passo importante rumo ao objetivo de chegar a **emissões zero em 2050**. Para chegar lá, o Brasil definiu metas intermediárias para 2025, 2030 e 2035, que vão guiar as ações práticas dessa transformação.

TRAJETÓRIA DE EMISSÕES LÍQUIDAS PARA ALCANCE DAS METAS SETORIAIS DE 2030 E 2035



Trajetoória de emissões líquidas em Mt CO₂e (GWP-100, AR5) por Planos Setoriais até 2035 (banda superior).
Fonte: Elaboração própria (MMA, MCTI, 2025).

Qual foi a metodologia utilizada para a construção do Plano Clima Mitigação?

O modelo empregado é o BLUES (Brazilian Land-Use and Energy System, ou Sistema Brasileiro de Uso da Terra e Energia).

O BLUES é uma ferramenta criada por pesquisadores brasileiros da Coppe/UFRJ que ajuda o país a planejar como reduzir suas emissões de gases do efeito estufa. Ele analisa vários setores da economia, como energia, transporte, agricultura e indústria, para indicar os caminhos mais eficientes e econômicos rumo a um futuro sustentável. Reconhecido no Brasil e no exterior, o BLUES transforma o compromisso climático em uma oportunidade de investimento e desenvolvimento para o país.



OBJETIVOS NACIONAIS DE MITIGAÇÃO:



1

Garantir a integridade dos biomas nacionais por meio da conservação, restauração e uso sustentável dos seus ecossistemas.



2

Fomentar a ampla adoção de modelos de produção agrícola e pecuária sustentáveis e de baixa emissão de GEE, **garantindo a segurança alimentar de todos.**



3

Expandir a **produção sustentável de biocombustíveis**, promover a inovação tecnológica e desenvolver cadeias de valor relacionadas à bioenergia.



4

Ampliar a participação das tecnologias e fontes limpas e renováveis na matriz energética nacional, **garantindo a segurança e acessibilidade energética de todos.**



5

Incentivar a substituição de combustíveis fósseis, promovendo o desenvolvimento e uso eficiente de biocombustíveis sustentáveis, soluções baseadas em eletrificação e de hidrogênio de baixa emissão de carbono.



6

Promover a circularidade por meio do **uso sustentável e eficiente de recursos naturais** e da eficiência energética ao longo das cadeias produtivas.



7

Alavancar soluções inovadoras e de baixo carbono na produção industrial nacional e desenvolver tecnologias de captura, uso e armazenamento de carbono na produção industrial, bioenergética e nos setores de produção de combustíveis fósseis.



8

Capacitar e incentivar entes subnacionais a adotarem um desenvolvimento urbano integrado e sustentável, bem como estratégias de enfrentamento à mudança do clima alinhadas às diretrizes nacionais.



9

Gerar empregos, renda e inclusão produtiva em atividades econômicas relacionadas à descarbonização da economia e ao desenvolvimento sustentável, promovendo uma transição socioeconômica justa, inclusiva e sustentável.



10

Transformar as vantagens comparativas brasileiras em vantagens competitivas, tornando o país um provedor de bens, serviços e soluções climáticas para um mundo em transição para modelos de desenvolvimento de baixo carbono.



11

Empreender **ações específicas para mitigação de poluentes não-CO2 de alto impacto** no aquecimento global.



12

Priorizar medidas de mitigação com potencial de geração de cobenefícios para adaptação e resiliência à mudança do clima e para o desenvolvimento sustentável.



OS 8 PLANOS SETORIAIS

AÇÕES E PRIORIDADES PARA CADA SETOR:



Mudanças do Uso da Terra em Áreas Públicas e

Territórios Coletivos: zerar desmatamento, recuperar vegetação nativa em áreas públicas, destinar terras públicas para proteção e uso sustentável, criar unidades de conservação e delimitar terras indígenas.

EXEMPLO

Zerar a taxa de desmatamento em áreas públicas de todos os biomas brasileiros até 2030



Mudanças do Uso da Terra em Áreas Rurais e Privadas:

Gerir o uso da terra em áreas rurais privadas, com controle da supressão ilegal de vegetação nativa, redução da supressão legal, recuperação de áreas com vegetação nativa, diminuição de áreas incendiadas e ampliação da produção florestal.

EXEMPLO

12,5 milhões de hectares de vegetação nativa em recuperação em áreas rurais privadas até 2035



Agricultura e Pecuária: recuperar pastagens degradadas, tratamento e aproveitamento energético de efluentes animais, expandir práticas agroecológicas, o uso de bioinsumos e sistemas integrados de produção.



Energia: ampliar renováveis, aumentar eficiência energética, reduzir emissões de petróleo e gás, expandir hidrogênio de baixo carbono e tecnologias de captura de CO₂.

EXEMPLO

Suprir a matriz elétrica com até 86,1% de fontes renováveis em 2035.



Transportes: Fomentar uma logística mais sustentável, com transferência de cargas do transporte rodoviário para o ferroviário, maior uso de biocombustíveis e combustíveis de baixa emissão, integração intermodal, eletrificação de veículos médios e pesados e modernização da infraestrutura existente.



Indústria: Promover a descarbonização produtiva por meio da eficiência energética, eletrificação de processos, economia circular, substituição de combustíveis fósseis por renováveis, uso de hidrogênio verde, fortalecimento da bioeconomia e adoção de tecnologias de CCUS.



Resíduos Sólidos e Efluentes Domésticos: Gerir de forma sustentável resíduos e efluentes, com redução do desperdício de alimentos, ampliação da coleta seletiva, compostagem e desvio de resíduos da disposição final, aproveitamento energético do biogás, promoção da economia circular e universalização do saneamento com tecnologias de baixo carbono.



Cidades: Planejar o crescimento urbano de forma integrada, com foco na mobilidade sustentável, arborização, descarbonização do transporte individual, coletivo e de cargas urbanas, promoção da economia circular e uso de energias renováveis e materiais de baixo carbono na construção.

EXEMPLO

Reduzir em pelo menos 20% o tempo médio gasto em deslocamentos nas grandes cidades brasileiras até 2035.

CIDADES VERDES RESILIENTES (PCVR)

Com o aumento da temperatura e eventos climáticos extremos, as cidades precisam se adaptar para proteger a saúde e o bem-estar das pessoas. O PCVR é uma iniciativa do governo federal que oferece suporte técnico e recursos para que os municípios possam implementar soluções eficazes e sustentáveis em ações como: **criação e recuperação de áreas verdes, uso sustentável do solo, infraestrutura verde, tecnologias de baixo carbono, mobilidade urbana sustentável e gestão de resíduos urbanos**, promovendo cidades mais verdes, organizadas, resilientes e preparadas para os desafios das mudanças climáticas.

**O PCVR não integra formalmente o Plano Clima, entretanto, apresenta interfaces e sinergias com as ações previstas nos Planos Setoriais de Mitigação de Cidades e de Resíduos Sólidos e Efluentes Domésticos.*



Acompanhe
as ações do
programa



ESTRATÉGIAS TRANSVERSAIS PARA AÇÃO CLIMÁTICA

As Estratégias Transversais ajudam a organizar todas as ações do Plano Clima. Elas mostram os **desafios e soluções para uma transição justa**, com benefícios para a sociedade e o meio ambiente, **garantindo regras claras, recursos certos, governança forte e acompanhamento transparente dos resultados**.





Transição Justa e Justiça Climática

Orienta a implementação do Plano Clima de forma intersetorial e integrada de modo a reduzir as desigualdades e beneficiar a população, considerando os impactos ambientais, econômicos e sociais. Avalia como a transição para uma economia resiliente e de baixo carbono afeta grupos vulneráveis e propõe objetivos e diretrizes nacionais para orientar a distribuição adequada e equitativa dos benefícios da ação climática.



Mulheres e Clima

Promove a equidade de gênero na política climática, contribuindo para que as mulheres tenham protagonismo nas decisões e que as respostas à emergência climática também reduzam desigualdades sociais e de gênero.



Meios de Implementação

Mapeia o financiamento público, privado e internacional para apoiar ações de restauração florestal, cidades resilientes, redução do desmatamento, transição energética e agropecuária de baixo carbono, indicando recursos para colocar o Plano em prática.



Educação, Capacitação, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Fortalece o conhecimento e a inovação no país, com educação formal e não formal, formação técnica e tecnológica, pesquisa e conscientização sobre mudança do clima, preparando o Brasil para enfrentar os desafios climáticos de forma justa e inovadora.



Monitoramento, Gestão, Avaliação e Transparência

Cria um sistema integrado de acompanhamento do Plano Clima, avaliando impactos, ajustando ações e promovendo transparência, para que as decisões sejam baseadas em dados e resultados confiáveis.

COMO O PLANO CLIMA FOI CONSTRUÍDO?

O **Plano Clima** foi construído ao longo de quase três anos, com a **colaboração de mais de 20 ministérios, diferentes níveis de governo, sociedade civil, setor privado, academia e comunidades locais**. Desde o início, o processo contou com participação popular, garantindo **decisões inclusivas, democráticas e transparentes** por meio de consultas públicas, oficinas e encontros presenciais em todo o país.

A **Plataforma Brasil Participativo** engajou mais de **24 mil participantes** e **recebeu 7,8 mil** propostas para os Planos de Adaptação e Mitigação, muitas delas incorporadas ao plano final. Além disso, foram realizadas nove plenárias territoriais, mobilizando a população a responder:

“Como o Brasil pode enfrentar a mudança do clima e reduzir seus impactos?”

Outro momento importante foi a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (5ª CNMA), com o tema “Emergência Climática”, que gerou 104 propostas priorizadas nos eixos de adaptação, mitigação, justiça climática, transformação ecológica, governança e educação ambiental.

O Plano também envolveu audiências públicas, reuniões e oficinas com conselhos de políticas públicas, o Fórum Interconselhos, organizações da sociedade civil, academia, setor privado e governos locais. **Ao integrar povos indígenas, comunidades tradicionais, populações vulneráveis, movimentos sociais e cientistas**, o Plano Clima **fortalece a governança climática, promove a justiça climática e estimula a participação de toda a sociedade na construção de soluções sustentáveis** para o Brasil até 2035.





**PLANO
CLIMA**



GOVERNANÇA CLIMÁTICA

MULTISSETORIAL E MULTINÍVEL

O Plano Clima é coordenado pelo **Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM)**, principal órgão colegiado de governança climática do país. O CIM atua de forma integrada em quatro níveis: político, executivo, consultivo e técnico, assegurando a articulação entre **23 ministérios, governos locais, comunidade científica e sociedade civil** para planejar, alinhar e implementar políticas públicas voltadas ao enfrentamento da emergência climática.

O que o CIM faz?



Principal colegiado de governança climática



Articulação interministerial, transparência e governança multinível



Responsável pela elaboração e acompanhamento do Plano Clima



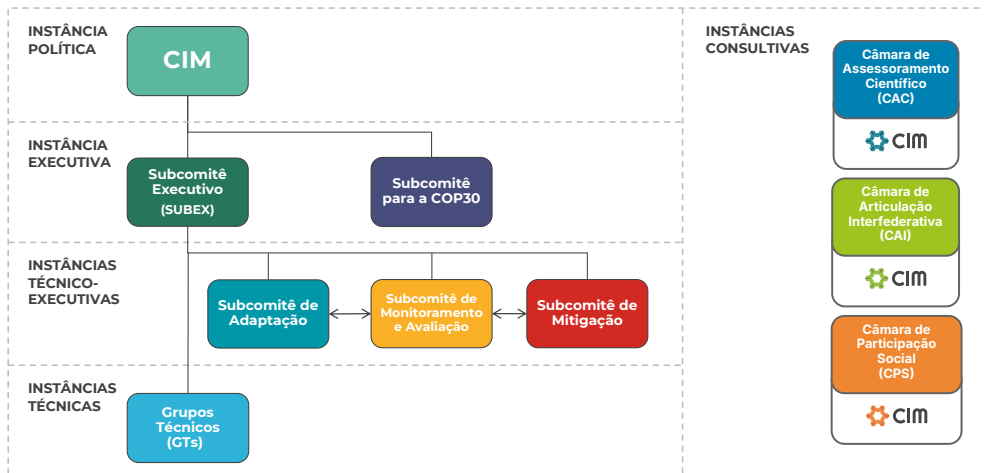
Responsável pela promoção, coordenação e monitoramento da implementação das políticas climáticas em conformidade com a PNMC

Um plano do tamanho do Brasil

Para colocar o Plano Clima em prática, num país do tamanho do Brasil, é essencial ter uma governança forte, integrada e participativa. O CIM, com suas Câmaras, Grupos Técnicos e Subcomitês, tem um papel central nesse processo: é um espaço de troca de informações, tecnologias e experiências entre diferentes níveis de governo e setores da sociedade. Lá se debatem desafios, analisam-se riscos e criam-se soluções conjuntas para fortalecer a cooperação e construir uma agenda climática concreta e inclusiva.



Estrutura de Governança do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima





Quer saber mais
Sobre o **Plano Clima**
2024-2035?



Ajude-nos a melhorar nossa comunicação sobre políticas climáticas.
Aponte a câmera do celular e responda ao formulário anônimo.
Sua opinião é muito importante para nós.

Apoio:

On behalf of:



Federal Ministry
for the Environment, Climate Action,
Nature Conservation and Nuclear Safety



INTERNATIONAL
CLIMATE
INITIATIVE



Deutsche Gesellschaft
für Internationale
Zusammenarbeit (GIZ) GmbH



Políticas sobre
Mudança do
Clima



PROADAPTA
Adaptação à Mudança do Clima

of the Federal Republic of Germany

Realização:

CASA CIVIL
MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

